**MODELO**

**(Versão preliminar)**

**REGULAMENTO DE PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA (RPV)**

(ao abrigo do artigo 5º, da Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, na sua redação atual.)

Considerando que,

1. O Decreto Regulamentar n.º 10/2018, de 3 de outubro, criou a Autoridade para a Prevenção e o Combate à Violência no Desporto, adiante designada como APCVD.
2. A APCVD é um serviço central da administração direta do Estado, dotada de autonomia administrativa, sob direção do membro do Governo com competência na área do desporto. Tem por missão a prevenção e fiscalização do cumprimento do regime jurídico da segurança e combate ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, ou atos com eles relacionados, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança e de acordo com os princípios éticos inerentes à sua prática.
3. O presente modelo de regulamento tem como princípio basilar medidas concebidas para prevenir, impedir e sancionar, bem como a dissuasão de manifestações de violência, de racismo, xenofobia e intolerância, em espetáculos desportivos de futebol e outros eventos desportivos, no interior e no exterior dos recintos desportivos, tendo por base as demais convenções internacionais sobre uma abordagem Integrada da Segurança, da Proteção e dos Serviços.
4. Este modelo de regulamento é elaborado de acordo com os princípios da Convenção de Saint Denis, que transporta para o ordenamento jurídico nacional, por força da Resolução da Assembleia da República n.º 52/2018, de 20 de fevereiro, uma cooperação institucional entre todas as partes interessadas envolvidas na organização de espetáculo desportivos de futebol e outros eventos desportivos.
5. Esta Convenção visa proporcionar um ambiente seguro, protegido e acolhedor nos jogos de futebol e em outros eventos desportivos. Para tal, os Estados membros, entre os quais Portugal, devem adotar uma abordagem pluri-institucional, integrada e equilibrada, da segurança, da proteção e dos serviços, com base num espírito de parceria e de cooperação eficaz a nível local, nacional e internacional; Devem assegurar que todas as entidades públicas e privadas, bem como todas as partes interessadas, reconhecem que a segurança, a proteção e a prestação de serviços não podem ser consideradas individualmente e podem ter um impacto direto na concretização das outras duas componentes; Devem ter em conta as boas práticas que permitam desenvolver uma abordagem integrada da segurança, da proteção e dos serviços.
6. O regulamento previsto é sujeito a aprovação e registo pela APCVD, que é condição de validade devendo estar conforme o disposto no n.º 2 e no nº 3, do artigo 5º da Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, na sua atual redação.
7. A configuração final do RPV é da exclusiva competência do organizador das competições desportivas que, no âmbito da sua autonomia regulamentar que a legislação lhe confere, pode entender seguir ou adaptar o presente modelo de regulamento, ou adotar outro, desde que cumpridos os requisitos da lei vigente.
8. Cientes que nem todos os espetáculos desportivos ocorrem em recintos desportivos ou outras zonas onde é possível um controlo efetivo dos espetadores, devem os organizadores de modalidades desportivas que ocorram nestas circunstâncias (p.e. na via pública ou na natureza) adequar o articulado às características das modalidades
9. Os organizadores das competições desportivas têm 120 dias após entrada em vigor da Lei n.º 39/2009 de 30 de julho, alterada e republicada pela Lei n. º40/2023, de 10 de agosto, para submeter o seu RPV à APCVD para aprovação e registo.

**Este documento é um modelo preparado com o objetivo de facilitar e uniformizar a preparação do RPV e agilizar o procedimento de apreciação pela APCVD, para o cumprimento do artigo 5º, da Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, na sua redação atual. É um modelo indicativo e dinâmico, NÃO VINCULATIVO, sujeito a alterações, sempre que se verifique essa necessidade.**

(Modelo e Estrutura do Regulamento):

Logótipo

Organizador

**REGULAMENTO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA** (RPV)

(ao abrigo do artigo 5.º, da Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 40/2023 de 10 de agosto.)

|  |
| --- |
| **Instruções de Preenchimento (remover quando preenchido)**Para facilitar a avaliação da aplicabilidade dos requisitos propostos pelo organizador é feita a seguinte notação de cor, que assim pode decidir que requisitos devem ser mencionados no RPV* Elementos considerados necessários a todas as Federações/organizadores.
* Elementos considerados necessários para modalidades que ocorram em recinto desportivo delimitado ou em espetáculos desportivos contendo áreas onde haja capacidade de controlar o acesso do público.
* Elementos considerados necessários para espetáculos desportivos com apenas duas equipas em competição.
* Elementos considerados necessários para espetáculos desportivos qualificados de risco elevado nível 1 ou competições profissionais ou espetáculos desportivos que ocorram em recintos cobertos com lotação igual ou superior a 5.000 espectadores ou recintos ao ar livre com lotação igual ou superior a 15.000 espectadores.
* Elementos necessários apenas para espetáculos desportivos das competições profissionais.
 |
| **CAPÍTULO I** | Notas adicionais ao preenchimento (remover a coluna após preenchimento) |
| **DISPOSIÇÕES GERAIS** |  |
| **Artigo 1.º** |  |
| **Objeto** |  |
| O presente regulamento estabelece os procedimentos de prevenção e punição das manifestações de violência, racismo, xenofobia e intolerâncias nos espetáculos desportivos, nos termos da Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 40/2023 de 10 de agosto que estabelece o regime jurídico da segurança e combate ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos (RJSED). |  |
| **Artigo 2.º** |  |
| **Norma habilitante** |  |
| O presente regulamento é adotado ao abrigo do disposto no artigo 5.º da Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, na sua redação atual, bem como as demais convenções internacionais que visam prevenir, impedir e sancionar qualquer violência ou excesso por ocasião de espetáculos desportivos, no interior ou no exterior dos recintos desportivos, bem como quando os mesmos ocorrem na via pública ou na natureza. |  |
| **Artigo 3.º** |  |
| **Âmbito** |  |
| 1 - O presente regulamento aplica-se a toda as competições desportivas, organizadas sob a égide da (nome do organizador da competição) de forma a garantir a existência de condições de segurança e de serviço nos espetáculos desportivos de acordo com os princípios éticos inerentes à prática do desporto. | Preencher com o nome do organizador |
| 2 – As competições desportivas em que são organizadores as associações regionais/distritais: (Identificar as entidades) encontram-se igualmente abrangidas pelo presente regulamento. | A federação deve avaliar a aplicabilidade do RPV nas competições das associações regionais e distritais. Em alternativa pode identificar no artigo 6, quais as entidades que devem organizar e registar os seus próprios RPVs |
| 3 – Encontram-se ainda abrangidas todas as competições em que são organizadores as seguintes entidades: (identificar as entidades de outra natureza que possam ser consideradas organizadores de competições). | A federação deve avaliar a aplicabilidade do RPV nas competições organizadas por outras tipologias de entidades (por exemplo entidades locais de carácter associativo ou empresarial). Em alternativa pode identificar no artigo 6, quais as entidades que devem organizar e registar os seus próprios RPVs |
| **Artigo 4.º** |  |
| **Definições** |  |
| Para efeitos de aplicação do presente Regulamento, entende-se por: |  |
| a) «Agente desportivo» o praticante, treinador, técnico, pessoal de apoio, dirigente, membro da direção, gestor de segurança, coordenador de segurança, oficial de ligação aos adeptos ou qualquer outro elemento que desempenhe funções durante um espetáculo desportivo em favor de um clube, associação ou sociedade desportiva, nomeadamente, o pessoal de segurança privada, incluindo-se ainda neste conceito os árbitros, juízes ou cronometristas; |  |
| b) «Anel ou perímetro de segurança» o espaço, definido pelas forças de segurança, adjacente ou exterior ao recinto desportivo, cuja montagem ou instalação é da responsabilidade do promotor do espetáculo desportivo, compreendido entre os limites exteriores do recinto ou construção, delimitado por vedação permanente ou temporária e dotado de vãos de passagem com controlo de entradas e de saídas, destinado a garantir a segurança do espetáculo desportivo; |  |
| c) «Área do espetáculo desportivo» a superfície onde se desenrola o espetáculo desportivo, incluindo as zonas de proteção definidas de acordo com os regulamentos da respetiva modalidade;  |  |
| d) «Assistente de recinto desportivo» o vigilante de segurança privada especializado, direta ou indiretamente contratado pelo promotor do espetáculo desportivo, com as funções, deveres e formação definidos na legislação aplicável ao exercício da atividade de segurança privada;  |  |
| e) Complexo desportivo» o conjunto de terrenos, construções e instalações destinadas à prática de uma ou mais modalidades, compreendendo os espaços reservados ao público e ao parqueamento de viaturas;  |  |
| f) «Coordenador de segurança» o profissional de segurança privada, com habilitações e formação técnica certificada, contratado para a prestação de serviços no recinto desportivo, que é o responsável operacional pelos serviços de segurança privada no recinto desportivo e a quem compete, nomeadamente, chefiar e coordenar a atividade dos assistentes de recinto desportivo, bem como zelar pela segurança no decorrer do espetáculo desportivo, atuando segundo a orientação do gestor de segurança;  |  |
| g) «Delegado do organizador» o representante do organizador da competição desportiva, no espetáculo desportivo, exercendo os poderes por este determinado, nomeadamente os previstos pelo respetivo regulamento de prevenção da violência; | O organizador deve incluir esta definição se entender desenvolver o regime do delegado do organizador |
| h) «Espetáculo desportivo» o evento que engloba uma ou várias competições individuais ou coletivas, iniciando-se e terminando, quando ocorra em recinto desportivo, com a abertura e o encerramento, respetivamente, do recinto; | Definição pode ser adaptada para espetáculos desportivos que ocorram na via pública ou na natureza. |
| i) «Gestor de segurança» a pessoa individual, representante do promotor do espetáculo desportivo, com formação específica, responsável, nas modalidades e competições determinadas e em cada espetáculo desportivo, por todas as matérias de segurança do clube, associação ou sociedade desportiva, nomeadamente pela execução dos planos e regulamentos de prevenção e de segurança, pela ligação e coordenação com as forças de segurança, o serviço municipal de proteção civil (SMPC), os bombeiros, o organizador da competição desportiva, os serviços de assistência médica e os voluntários, se os houver, bem como pela orientação do coordenador de segurança e orientação e gestão do serviço de segurança privada; | Sugere-se que a definição seja mantida em todos os RPV’s sem prejuízo de, nas modalidades excluídas da obrigatoriedade de nomear gestor de segurança por despacho governamental, não ocorrer o desenvolvimento dos requisitos da figura. |
| j) «Grupo Organizado de Adeptos (GOA)» o conjunto de pessoas, filiadas ou não em associação legalmente constituída, que atuam de forma concertada, nomeadamente através da utilização de símbolos comuns ou da realização de coreografias e iniciativas de apoio a clubes, associações ou sociedades desportivas, com carácter de permanência; | Sugere-se que a definição seja mantida, sem prejuízo de nos espetáculos desportivos que ocorram na via pública e na natureza, ser feito no presente articulado a necessária adaptação dos requisitos relativos a GOA. |
| k) «Interdição dos recintos desportivos» a proibição temporária de realização no recinto desportivo de espetáculos desportivos oficiais na modalidade, escalão etário e categorias iguais àqueles em que as infrações tenham ocorrido; |  |
| l) «Oficial de Ligação aos Adeptos (OLA)» o representante dos clubes, associações ou sociedades desportivas participantes em competições desportivas de natureza profissional, ou outras competições identificadas pelos organizadores das competições desportivas, responsável por assegurar a comunicação eficaz entre os adeptos e a sociedade desportiva, os demais clubes e sociedades desportivas, os organizadores das competições, as forças de segurança e a segurança privada, com o propósito de facilitar a organização dos jogos, a movimentação dos adeptos e de prevenir comportamentos desviantes; | Para além das competições profissionais, definição deverá ser mantida nas situações em que o organizador entender desenvolver a figura. |
| m) «Organizador da competição desportiva» a federação da respetiva modalidade, relativamente às competições não profissionais ou internacionais que se realizem sob a égide das federações internacionais, as ligas profissionais de clubes, bem como as associações de âmbito territorial, relativamente às respetivas competições; |  |
| n) “Regime jurídico da segurança e combate ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos – RJSED” o regime estabelecido pela Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, na sua redação em vigor; |  |
| o) «Ponto Nacional de Informações sobre Desporto (PNID)» a entidade nacional designada como ponto de contacto permanente para o intercâmbio de informações relativas aos fenómenos de violência associada ao desporto, nacional e internacional, responsável pelo repositório e tratamento das mesmas; |  |
| p) «Promotor do espetáculo desportivo» as associações de âmbito territorial, clubes e sociedades desportivas, bem como as federações e ligas, quando sejam simultaneamente organizadores de competições desportivas; |  |
| q) «Realização de espetáculos desportivos à porta fechada» a proibição de o promotor do espetáculo desportivo realizar, com a presença de público no recinto desportivo que lhe estiver afeto, espetáculos desportivos oficiais na modalidade, escalão etário e categorias iguais àqueles em que as infrações tenham ocorrido; |  |
| r) «Recinto desportivo» o local destinado à prática do desporto ou onde este tenha lugar, com perímetro delimitado e, em regra, com acesso controlado e condicionado, incluindo espaços de domínio público ou privado, permanentes ou temporários, que sejam destinados ou associados à realização de espetáculos desportivos; |  |
| s) «Títulos de ingresso» os bilhetes, cartões, convites e demais documentos que permitam a entrada em recintos desportivos, qualquer que seja o seu suporte; |  |
| t) «Zona com condições especiais de acesso e permanência de adeptos (ZCEAP)» a área específica do recinto desportivo integrado em competições desportivas de natureza profissional ou em espetáculos desportivos integrados nas competições desportivas de natureza não profissional considerados de risco elevado, onde é permitida a utilização de megafones e outros instrumentos produtores de ruídos, por percussão mecânica e de sopro, desde que não amplificados com auxílio de fonte de energia externa, bem como de bandeiras, faixas, tarjas e outros acessórios, de qualquer natureza e espécie, de dimensão superior a 1 m por 1 m, passíveis de serem utilizados em coreografias de apoio aos clubes e sociedades desportivas; |  |
| u) … | (o organizador pode contemplar outras definições caso considere necessário, organizando-as por ordem alfabética) |
| **Artigo 5º** |  |
| **Época desportiva** |  |
| Salvo a ocorrência de situações de força maior, na modalidade \_(listar modalidades)\_\_\_\_ a época desportiva tem início a\_\_\_\_\_(dia/mês)\_\_\_\_\_ e termina a \_\_\_\_\_(dia/mês)\_\_\_\_\_. | Por cada modalidade tutelada pelo organizador deve ser identificado o seu início e fim habitual. |
| **Artigo 6.º** |  |
| **Aplicabilidade do Regulamento de Prevenção da Violência** |  |
| As seguintes entidades deverão promover a aprovação e registo de um regulamento de prevenção da violência, nas competições por si organizadas:1. Associações regionais; (identificar quais)
2. Associações distritais; (identificar quais)
3. Outras entidades de natureza associativa ou empresarial. (identificar quais)
 | (Devem identificar as entidades de caracter infranacional que sejam organizadores de competições na modalidade regulamentadas pelo organizador nacional e se admite ou não organizadores de natureza privada. Deve ficar claro se este regulamento é aplicável a estes organizadores ou se estes devem desenvolver e registar junto da APCVD os seus próprios RPV`s.) |
| **CAPÍTULO II** |  |
| **PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA A OBSERVAR NA ORGANIZAÇÃO DAS COMPETIÇÕES DESPORTIVAS** |  |
| **SECÇÃO I** |  |
| Deveres Gerais |  |
| **Artigo 7.º** |  |
| **Deveres do organizador da competição desportiva** |  |
| O/A \_\_\_(nome do organizador da competição)\_\_\_\_\_\_, bem como as demais entidades identificadas no artigo 3.º, têm o dever de: |  |
| 1. Incentivar o espírito ético e desportivo, desenvolvendo ações de prevenção socioeducativa;
 |  |
| 1. Aplicar medidas sancionatórias em situações de perturbação da ordem pública, manifestações de violência, racismo e xenofobia e qualquer ato de intolerância;
 |  |
| 1. Usar de correção, moderação e respeito relativamente a promotores de espetáculos desportivos e organizadores de competições desportivas, associações, clubes, sociedades desportivas, agentes desportivos, adeptos, autoridades públicas, elementos da comunicação social e outros intervenientes no espetáculo desportivo;
 |  |
| 1. Não proferir nem veicular declarações públicas que sejam suscetíveis de promover, incitar ou defender a violência, o racismo, a xenofobia, a intolerância ou o ódio, nem tão pouco adotar comportamentos desta natureza;
 |  |
| 1. Zelar por que praticantes, treinadores, técnicos, pessoal de apoio, dirigentes, membros da direção, gestores de segurança, coordenadores de segurança ou qualquer outro elemento que desempenhe funções durante um espetáculo desportivo ou atos relacionados em favor de um clube, associação ou sociedade desportiva, nomeadamente o pessoal de segurança privada, hajam de acordo com os preceitos das alíneas c) e d);
 |  |
| 1. Desenvolver medidas e programas de promoção de boas práticas que salvaguardem a ética e o espírito desportivos nos respetivos planos anuais de atividades, em particular no domínio da violência, racismo e xenofobia associados ao desporto;
 |  |
| 1. Assegurar a segurança do espetáculo desportivo garantindo o cumprimento das medidas de segurança a corrigir e a implementar pelo promotor do espetáculo de desportivo, nos termos do artigo 13.º do RJSED;
 |  |
| 1. Definir, para as modalidades onde é obrigatória a designação de gestores de segurança, os escalões e as competições onde é exigida a presença do mesmo, nos termos da alínea f) do artigo 8.º do RJSED;
 |  |
| 1. Definir o regime do “OLA”;
 | A disposição deverá ser mantida nas situações em que o organizador entender desenvolver a figura. |
| 1. Definir o regime do “Delegado do organizador”;
 | Disposição deverá ser mantida nas situações em que o organizador entender desenvolver a figura. |
| 1. Desenvolver e utilizar um sistema uniforme de emissão e venda de títulos de ingresso controlado por meios eletrónicos;
 | (competições de natureza profissional e de risco elevado nível 1); |
| 1. Comunicar à APCVD o início e o término da época desportiva por modalidade incluindo modalidades afins e associadas;
 |  |
| 1. Emitir os títulos de ingresso ou acordar a sua emissão com o promotor do espetáculo desportivo, devendo definir, no início de cada época desportiva, as características do título de ingresso e os limites mínimo e máximo do respetivo preço;
 |  |
| 1. Comunicar à APCVD, através da forma de contacto por esta indicada, a conclusão dos procedimentos por infração do RPV, num prazo de 15 dias indicando a sanção aplicada ou o arquivamento;
 | O serviço de submissão via portal de serviços públicos e-portugal encontra-se ainda em desenvolvimento, até à sua entrada em funcionamento devem ser remetidos para geral@apcvd.gov.pt até indicação em contrário |
| 1. Publicar o RPV no seu sítio da Internet , após aprovação e registo por parte da APCVD;
 |  |
| 1. Definir os critérios para os promotores autorizarem a entrada e utilização de megafones e outros instrumentos produtores de ruídos, por percussão mecânica e de sopro, desde que não amplificados com auxílio de fonte de energia externa, bem como de bandeiras, faixas, tarjas e outros acessórios, de qualquer natureza e espécie, de dimensão superior a 1 m por 1 m, nos termos do n.º 9 do artigo 16.º-A e do n.º 2 do artigo 24.º do RJSED.
 |  |
| **Artigo 8.º** |  |
| **Deveres do Promotor do Espetáculo Desportivo** |  |
| Nas competições desportivas organizadas pela/o\_\_\_(nome do organizador da competição)\_\_\_\_\_\_, bem como nas competições organizadas pelas demais entidades identificadas no artigo 3.º, o promotor do espetáculo desportivo tem o dever de: |  |
| 1. Assumir a responsabilidade pela segurança do recinto desportivo e anéis de segurança, sem prejuízo do disposto no artigo 13.º do RJSED, assegurando, quando aplicável, a presença de assistentes de recinto desportivo e do coordenador de segurança, nos termos previstos no regime jurídico da segurança privada;
 |  |
| 1. Incentivar o espírito ético e desportivo dos seus adeptos, especialmente junto dos grupos organizados, desenvolvendo as ações previstas no artigo 9.º do RJSED;
 |  |
| 1. Aplicar medidas sancionatórias aos seus adeptos envolvidos em perturbações da ordem pública, manifestações de violência, racismo, xenofobia e qualquer outro ato de intolerância, impedindo o acesso ou promovendo a sua expulsão dos recintos desportivos;
 |  |
| 1. Proteger os indivíduos que sejam alvo de ameaças e os bens e pertences destes, designadamente facilitando a respetiva saída de forma segura do complexo desportivo, ou a sua transferência para setor seguro, em coordenação com os elementos da força de segurança;
 |  |
| 1. Adotar e cumprir o regulamento de segurança e de utilização dos espaços de acesso público do recinto desportivo ou regulamento de funcionamento nos termos do termos dos artigos 7.º e 7.º-A do RJSED, respetivamente;
 |  |
| 1. Designar, quando aplicável, o gestor de segurança e, nos espetáculos desportivos integrados em competições desportivas profissionais, nos de risco elevado e naqueles integrados em competições em que o organizador assim o defina, assegurar a sua presença;
 |  |
| 1. Designar, quando aplicável, o OLA e, nos espetáculos desportivos integrados em competições desportivas profissionais e naqueles integrados em competições em que o organizador assim o defina, assegurar a sua presença;
 | A disposição deverá ser mantida nas situações em que o organizador entender desenvolver a figura do OLA. |
| 1. Garantir que são cumpridas todas as regras e condições de acesso e de permanência de espectadores no recinto desportivo;
 |  |
| 1. Relativamente a quaisquer indivíduos aos quais tenha sido aplicada pena acessória, medida de coação, injunção ou regra de conduta que impeça o acesso a recintos desportivos, ou sujeito a sanção ou medida cautelar de interdição de acesso a recintos desportivos aplicada pela APCVD, pelo organizador ou pelo promotor, nos termos do artigo 46.º:
 |  |
|  i) Impedir o acesso ao recinto desportivo; |  |
|  ii) Impedir a obtenção de quaisquer benefícios concedidos pelo clube, associação ou sociedade desportiva, no âmbito das previsões destinadas aos grupos organizados de adeptos ou a título individual. |  |
| 1. Usar de correção, moderação e respeito relativamente a outros promotores dos espetáculos desportivos e organizadores de competições desportivas, associações, clubes, sociedades desportivas, agentes desportivos, adeptos, autoridades públicas, elementos da comunicação social e outros intervenientes no espetáculo desportivo;
 |  |
| 1. Não proferir nem veicular declarações públicas que sejam suscetíveis de promover, incitar ou defender a violência, o racismo, a xenofobia, a intolerância ou o ódio, nem tão-pouco adotar comportamentos desta natureza;
 |  |
| 1. Zelar por que praticantes, treinadores, técnicos, pessoal de apoio, dirigentes, membros da direção, gestores de segurança, coordenadores de segurança ou qualquer outro elemento que desempenhe funções durante um espetáculo desportivo ou atos relacionados em favor de um clube, associação ou sociedade desportiva, nomeadamente o pessoal de segurança privada, ajam de acordo com os preceitos das alíneas i) e j);
 |  |
| 1. Não apoiar, sob qualquer forma, grupos organizados de adeptos que não se encontrem registados, em violação dos princípios e regras definidos na secção III do capítulo II do RJSED;
 |  |
| 1. Zelar por que os grupos organizados de adeptos apoiados pelo clube, associação ou sociedade desportiva participem do espetáculo desportivo sem recurso a práticas violentas, racistas, xenófobas, ofensivas ou que perturbem a ordem pública ou o curso normal, pacífico e seguro da competição e de toda a sua envolvência, nomeadamente, no curso das suas deslocações e nas manifestações que realizem dentro e fora de recintos;
 |  |
| 1. Manter uma lista atualizada dos adeptos de todos os grupos organizados apoiados pelo clube, associação ou sociedade desportiva, nos termos do disposto na secção III do capítulo II, do RJSED, fornecendo-a às autoridades judiciárias, administrativas e policiais competentes para a fiscalização do disposto no RJSED;
 |  |
| 1. Fazer a requisição de policiamento de espetáculo desportivo, quando obrigatória nos termos da lei;
 |  |
| 1. Criar zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos nos recintos onde se realizem espetáculos desportivos integrados nas competições desportivas de natureza profissional e impedir o acesso às mesmas a espectadores que não cumpram os requisitos previstos no artigo 16.º-A do RJSED;
 |  |
| 1. Garantir as condições necessárias ao cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 16.º-A, do RJSED, quando aplicável;
 |  |
| 1. Impedir os grupos organizados de adeptos de aceder e permanecer, antes e durante o espetáculo desportivo, noutras zonas do recinto desportivo que não aquelas que lhes estão destinadas;
 |  |
| 1. Impedir a utilização de megafones e outros instrumentos produtores de ruídos, por percussão mecânica e de sopro, bem como de bandeiras, faixas, tarjas e outros acessórios, de qualquer natureza e espécie, de dimensão superior a 1 m por 1 m, ou de dimensão inferior ou igual a 1 m por 1 m, quando estes acessórios sejam destinados a ser conjugados e que, desta forma, formem uma dimensão superior a 1 m por 1 m, que não sejam da responsabilidade dos clubes e sociedades, nos recintos onde se realizem espetáculos desportivos integrados nas competições desportivas de natureza profissional fora das zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos;
 |  |
| 1. Instalar sistemas de vigilância e controlo destinados a impedir o excesso de lotação, em qualquer setor ou bancada do recinto, bem como assegurar o desimpedimento das vias de acesso;
 |  |
| 1. Proceder ao envio, em perfeitas condições e quando solicitado pelas forças de segurança, pela APCVD ou pelo órgão disciplinar do organizador da competição, da gravação de imagem e som e à cedência ou impressão de fotogramas captados, desde a abertura até ao encerramento do recinto desportivo, pelo sistema de videovigilância previsto no artigo 18.º do RJSED;
 |  |
| 1. Garantir que as coreografias promovidas pelo promotor do espetáculo desportivo ou pelo organizador da competição desportiva são previamente autorizadas pelas forças de segurança, nos termos do n.º 7 do artigo 22.º do RJSED;
 |  |
| 1. Indicar as zonas destinadas à permanência dos grupos organizados de adeptos, devendo, nos espetáculos desportivos inseridos em competições de natureza profissional, ser coincidente com as zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos;
 |  |
| 1. Garantir que o título de ingresso de acesso às ZCEAP é adquirido exclusivamente por via eletrónica junto do promotor;
 | (Nas competições profissionais pode o organizador determinar ainda que a aquisição do título de ingresso é feita a título individual e efetuada a correspondência com um documento de identificação com fotografia, fazendo constar em cada título o nome do titular. |
| 1. Definir, mediante parecer prévio vinculativo da força de segurança territorialmente competente, áreas, no interior do recinto desportivo, onde é permitido o consumo e venda de bebidas alcoólicas, nos termos e no respeito pelos limites definidos na lei;
 |  |
| 1. …
 | (o organizador pode contemplar outros deveres caso considere necessário) |
| **Artigo 9.º** |  |
| **Deveres dos clubes ou sociedades desportivas visitantes ou que não tenham a qualidade de promotor** |  |
| Nas competições desportivas são deveres dos clubes ou sociedades desportivas visitantes ou que não tenham a qualidade de promotor: |  |
| 1. Impedir a obtenção de quaisquer benefícios concedidos pelo clube, associação ou sociedade desportiva, no âmbito das previsões destinadas aos grupos organizados de adeptos ou a título individual, relativamente a quaisquer indivíduos aos quais tenha sido aplicada pena acessória, medida de coação, injunção ou regra de conduta que impeça o acesso a recintos desportivos, ou sujeito a sanção ou medida cautelar de interdição de acesso a recintos desportivos aplicada pela APCVD, pelo organizador ou pelo promotor, nos termos do artigo 46.º:
 |  |
| 1. Usar de correção, moderação e respeito relativamente a outros promotores dos espetáculos desportivos e organizadores de competições desportivas, associações, clubes, sociedades desportivas, agentes desportivos, adeptos, autoridades públicas, elementos da comunicação social e outros intervenientes no espetáculo desportivo;
 |  |
| 1. Não proferir nem veicular declarações públicas que sejam suscetíveis de promover, incitar ou defender a violência, o racismo, a xenofobia, a intolerância ou o ódio, nem tão-pouco adotar comportamentos desta natureza;
 |  |
| 1. Zelar por que praticantes, treinadores, técnicos, pessoal de apoio, dirigentes, membros da direção, gestores de segurança, coordenadores de segurança ou qualquer outro elemento que desempenhe funções durante um espetáculo desportivo ou atos relacionados em favor de um clube, associação ou sociedade desportiva, nomeadamente o pessoal de segurança privada, ajam de acordo com os preceitos das alíneas b) e c);
 |  |
| 1. Zelar por que os grupos organizados de adeptos apoiados pelo clube, associação ou sociedade desportiva participem do espetáculo desportivo sem recurso a práticas violentas, racistas, xenófobas, ofensivas ou que perturbem a ordem pública ou o curso normal, pacífico e seguro da competição e de toda a sua envolvência, nomeadamente, no curso das suas deslocações e nas manifestações que realizem dentro e fora de recintos;
 |  |
| 1. Manter uma lista atualizada dos adeptos de todos os grupos organizados apoiados pelo clube, associação ou sociedade desportiva, nos termos do disposto na secção III do capítulo II, do RJSED, fornecendo-a às autoridades judiciárias, administrativas e policiais competentes para a fiscalização do disposto no RJSED;
 |  |
| 1. …
 | (o organizador pode contemplar outros deveres caso considere necessário) |
| **Artigo 10.º** |  |
| **Deveres dos Proprietários dos Recintos Desportivos** |  |
| Nas competições desportivas organizadas pela/o\_\_\_(nome do organizador da competição)\_\_\_\_\_\_, bem como nas competições organizadas pelas demais entidades identificadas no artigo 3.º, o proprietário do recinto desportivo tem o dever de: |  |
| 1. Adotar e cumprir o regulamento de segurança e de utilização dos espaços de acesso público do recinto desportivo ou regulamento de funcionamento nos termos do termos dos artigos 7.º e 7.º-A do RJSED, respetivamente;
 |  |
| 1. Definir, mediante parecer prévio vinculativo da força de segurança territorialmente competente, áreas, no interior do recinto desportivo, onde é permitido o consumo e venda de bebidas alcoólicas, nos termos e no respeito pelos limites definidos na lei.
 |  |
| 1. …
 | (o organizador pode contemplar outros deveres caso considere necessário) |
| **SECÇÃO II** |  |
| **MEDIDAS PREVENTIVAS A OBSERVAR NA ORGANIZAÇÃO DAS COMPETIÇÕES DESPORTIVAS** |  |
| **Artigo 11.º** |  |
| **Ações de prevenção socioeducativa** |  |
| 1 - No âmbito do desenvolvimento de ações de prevenção socioeducativas nas áreas da ética no desporto, da violência, do racismo, da xenofobia e da intolerância nos espetáculos desportivos o organizador e os promotores de espetáculos desportivos consideram designadamente: |  |
| 1. A aprovação e execução de planos e medidas, em particular junto da população em idade escolar e abrangendo os encarregados de educação;
 |  |
| 1. O desenvolvimento de campanhas publicitárias que promovam o desportivismo, o ideal de jogo limpo e a integração, especialmente entre a população em idade escolar;
 |  |
| 1. A implementação de medidas que visem assegurar condições para o pleno enquadramento familiar, designadamente pela adoção de um sistema de ingressos mais favorável;
 |  |
| 1. O desenvolvimento de ações que possibilitem o enquadramento e o convívio entre adeptos;
 |  |
| 1. Apoio à criação de «embaixadas de adeptos», tendo em vista dar cumprimento ao disposto na presente lei.
 |  |
| 1. (outras que o organizador entenda especificar)
 |  |
| 2 - O/A \_\_\_(nome do organizador da competição)\_\_\_\_\_\_, envia à APCVD o Relatório de Ações Socioeducativas, até 30 dias após o termo da época desportiva, conforme o art.º 9º do RJSED. |  |
| **Artigo 12º** |  |
| **Medidas de Serviço** |  |
| A/O \_\_\_(nome do organizador)\_\_\_\_ com o intuito de fazer com que os indivíduos e grupos se sintam confortáveis, estimados e bem-vindos nos espetáculos desportivos determina que seguintes procedimentos mínimos (medidas de serviço) são de aplicação pelos promotores do espetáculo desportivo quanto a:**Ou (caso o organizador entenda que estes procedimentos devem ser determinados ao nível dos regulamentos da competição)**A/O \_\_\_(nome do organizador)\_\_\_\_ com o intuito de fazer com que os indivíduos e grupos se sintam confortáveis, estimados e bem-vindos nos espetáculos desportivos determina que os regulamentos das competições estabeleçam procedimentos mínimos (medidas de serviço) de aplicação pelos promotores do espetáculo desportivo quanto a: | Caso o organizador opte por habilitar os regulamentos de competição a desenvolver os requisitos, deve comunicar à APCVD os respetivos regulamentos onde esse desenvolvimento ocorre. |
| (A adequação e conformidade de infraestruturas físicas e de serviços aos adeptos, como tipologia dos lugares, serviços de restauração/bar, instalações sanitárias adequadas e conformes/proporcionais, espaços para guarda de objetos, serviços de primeiros socorros, etc, bem como a sinalização adequada e outros serviços prestados na receção e acolhimento dos adeptos visitados e visitantes.) | Neste número o organizador deve concretizar os requisitos mínimos (em respeito pelos requisitos legais aplicáveis), quanto à necessidade de existência de um conjunto de infraestrutura e serviços. |
| (Disponibilização de Informação prévia útil sobre itinerários e transportes públicos, serviços na proximidade do recinto, acesso às instalações, acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada ou com deficiência e serviços oferecidos aos adeptos/espetadores, requisitos de entrada e tempos de espera para cumprir procedimentos, objetos proibidos, formas de formalizar uma reclamação etc.) | Neste número o organizador pode identificar que informação aos adeptos deve estar previamente disponível à ocorrência do espetáculo desportivo |
| (Desenvolvimento de uma carta de direitos e deveres dos adeptos) | Neste número o organizador pode estimular o desenvolvimento por parte dos promotores de documento que identifique o compromisso do promotor relativamente ao conjunto de direitos e deveres dos adeptos |
| (Desenvolvimento de serviços especializados para pessoas com deficiência ou incapacidade (permanente ou temporária)) | Neste número o organizador pode estimular o desenvolvimento por parte dos promotores de serviços específicos adequados às pessoas com deficiência ou incapacidade (nomeação de um RAD – Responsável pelo apoio a pessoas com Deficiência, serviços de apoio ao acesso ao recinto e a instalações sanitárias, bilhética e sinalética inclusiva, audiodescrição, salas de integração sensorial, etc) |
| **Artigo 13.º** |  |
| **Procedimentos específicos** |  |
| A/O \_\_\_(nome do organizador)\_\_\_\_ com o intuito de fazer com os espetáculos desportivos tenham um curso normal, pacífico e seguro determina que seguintes procedimentos mínimos são de aplicação pelos promotores do espetáculo desportivo aquando da ocorrência de:**Ou (caso o organizador entenda que estes procedimentos devem ser determinados ao nível dos regulamentos da competição)**A A/O \_\_\_(nome do organizador)\_\_\_\_ com o intuito de fazer com os espetáculos desportivos tenham um curso normal, pacífico e seguro determina que os regulamentos das competições estabeleçam procedimentos mínimos de aplicação pelos promotores do espetáculo desportivo aquando da ocorrência de: |  |
| a) - Deflagração de Pirotecnia -  | O organizador poderá estabelecer um procedimento padrão de atuação perante situações de deflagração de pirotecnia que contemplem a atuação dos diversos agentes, a propagação de mensagem pelo sistema sonoro sobre os perigos da pirotecnia e a suspensão do espetáculo desportivo até que se dissipem os efeitos da deflagração (é particularmente importante a ativação de ventilação nos espaços cobertos). |
| b) - Práticas violentas, racistas, xenófobas, intolerantes ou ofensivas -  | O organizador poderá estabelecer um procedimento padrão de atuação perante situações de práticas indevidas que contemplem a atuação dos diversos agentes, a propagação de mensagem pelo sistema sonoro adequada à prática em causa e a suspensão do espetáculo desportivo até que a prática termine. |
| c) - Arremesso de objetos -  | O organizador poderá estabelecer um procedimento padrão de atuação perante situações de arremesso de objetos que contemplem a atuação dos diversos agentes, a propagação de mensagem pelo sistema sonoro adequada à prática em causa e em caso de existência de perigo a suspensão do espetáculo desportivo até que a prática termine e os objetos que constituem perigo sejam retirados. |
| d) – Ocupação persistente de vias de evacuação | O organizador poderá estabelecer um procedimento padrão de atuação perante situações de ocupação persistente de vias de evacuação pelos adeptos, que contemplem a atuação dos diversos agentes, a propagação de mensagem pelo sistema sonoro adequada à prática em causa e em caso de existência de perigo a suspensão do espetáculo desportivo até que a prática termine e as vias de evacuação se encontrem desocupadas. |
| e) – (outros que o organizador entenda estabelecer) |  |
| **Artigo 14.º** |  |
| **Gestor de segurança** |  |
| 1 - A/O\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ entende que o Gestor de Segurança tem de estar sempre presente nas seguintes modalidades/ competições/ escalões: | (A desenvolver apenas se as modalidades em que é organizador estiverem contempladas no despacho governamental previsto pelo n.º11 do artigo 10.º-A do RJSED) |
| 1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_;
 |  |
| 1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_;
 |  |
| 1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_;
 |  |
| 2 -Nas competições onde não é exigida a presença do gestor de segurança serão adotados os seguintes procedimentos de forma a assegurar o cumprimento das obrigações do gestor de segurança: | Neste ponto deve o organizador definir as formas de articulação entre o gestor de segurança do promotor do espetáculo desportivo e o pessoal presente no recinto desportivo, no que concerne à verificação das condições de segurança e procedimentos de identificação e reporte de incidentes. |
| 1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_;
 |  |
| 1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_;
 |  |
| 1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.
 |  |
| **Artigo 15.º** |  |
| **Relatório de incidentes** |  |
| 1 – Compete ao Gestor de Segurança o preenchimento de um relatório de incidentes, nos termos previstos pelo RJSED. |  |
| **ou** |  |
| 1 – Compete ao promotor do espetáculo desportivo o preenchimento de um relatório de incidentes, nos termos previstos pelo RJSED | (nas situações em que não é obrigatória a existência de gestor de segurança) |
| **Artigo 16.º** |  |
| **Oficial de Ligação aos Adeptos (OLA)** | (no caso das competições profissionais e ou caso o organizador entenda desenvolver o regime do OLA, neste último caso o articulado deve ainda identificar em que competições devem os mesmo estar presentes) |
| 1 - O Oficial de Ligação de Adeptos tem os seguintes deveres: |  |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (descrição dos deveres). |  |
| 2 - O promotor do espetáculo desportivo tem para com o Oficial de Ligação de Adeptos os seguintes deveres: |  |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (descrição dos deveres). |  |
| 3 - São requisitos para a função de Oficial de Ligação de Adeptos os seguintes: |  |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (descrição dos requisitos). |  |
| **Artigo 17.º** |  |
| **Delegado do Organizador**  | (a figura do delegado é de desenvolvimento facultativo por parte do organizador) |
| 1 - O(s) delegado(s) do/a \_\_\_\_\_\_\_(organizador)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_esta(ão) presente(s) das seguintes competições/ espetáculos desportivos: |  |
| 1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
 |  |
| 1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
 |  |
| 1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
 |  |
| 2 – Os delegados têm as seguintes atribuições/ competências referentes a acompanhamento e reporte do cumprimento dos requisitos do presente regulamento: |  |
| 1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
 |  |
| 1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
 |  |
| 1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
 |  |
| **Artigo 18.º** |  |
| **Emissão e venda de títulos de ingresso** |  |
| 1 – O/A (nome do organizador) define no início de cada época desportiva as características do título de ingresso e os limites mínimos e máximos do respetivo preço, em observância do disposto no artigo 26.º do RJSED. |  |
| 2 – Nas competições profissionais e nos espetáculos desportivos cujo risco seja considerado elevado de nível 1, o organizador desenvolve e utiliza um sistema uniforme de emissão e venda de títulos de ingresso, controlado por meios informáticos. | O organizador pode detalhar se entender os requisitos do sistema, bem como os requisitos para acordo com o promotor da emissão dos títulos de ingresso. |
| 3- O título de ingresso de acesso às ZCEAP é adquirido exclusivamente por via eletrónica junto do promotor; | (Nas competições profissionais pode o organizador determinar ainda que a aquisição do título de ingresso é feita a título individual e efetuada a correspondência com um documento de identificação com fotografia, fazendo constar em cada título o nome do titular. |
| **SECÇÃO III** |  |
| **POLICIAMENTO E QUALIFICAÇÃO DOS ESPETÁCULOS DESPORTIVOS** |  |
| **Artigo 19.º** |  |
| **Critérios de Requisição de Policiamento dos Espetáculos Desportivos** |  |
| 1 - Na determinação da obrigatoriedade de o promotor proceder à requisição de policiamento desportivo o organizador tem em consideração os seguintes requisitos: | Nos termos do DL n.º 216/2012, de 9 de outubro na sua atual redação que estabelece o regime do policiamento dos espetáculos desportivos podem os organizadores definir/identificar os critérios para a requisição do policiamento nas competições ou espetáculos desportivos. (os indicados são apenas exemplos)  |
| 1. As características dos clubes participantes e dos respetivos recintos;
 |  |
| 1. A existência de registo de incidentes graves com os respetivos grupos organizados de adeptos;
 |  |
| 1. A persistência do uso de artefactos pirotécnicos, em particular em recintos cobertos;
 |  |
| 1. A ocorrência prévia de outros incidentes graves em jogos entre os mesmos clubes;
 |  |
| 1. A incapacidade demonstrada pelo promotor na assunção dos procedimentos de proteção e segurança do recinto;
 |  |
| 1. Um modelo competitivo que coloque clubes com histórico de incidentes a competir de forma consecutiva num mesmo recinto, ou recintos próximos;
 |  |
| 1. …
 | Outros que o organizador entenda desenvolver |
| **e/ou** |  |
| 2 - É constituída uma comissão de análise do risco dos espetáculos desportivos com o objetivo de identificar os espetáculos desportivos em que deve ocorrer a requisição de policiamento e o eventual pedido de qualificação de risco elevado nos termos do RJSED | Em complemento ou alternativa ao elencar dos requisitos o organizador pode constituir uma estrutura especializada para esse efeito |
| **Artigo 20.º** |  |
| **Qualificação dos espetáculos desportivos**  |  |
| 1- Os espetáculos desportivos sejam de caráter internacional ou nacional podem ser considerados de risco elevado nível 1, risco elevado nível 2, normal ou reduzido. | (É opção do organizador da competição desportiva desenvolver critérios de qualificação dos espetáculos desportivos, desde que, em conformidade com a lei vigente) |
| 2 - Podem ser qualificados de risco elevado nível 1, por despacho do presidente da APCVD, ouvida a força de segurança territorialmente competente e o/a (organizador da competição desportiva) os seguintes espetáculos desportivos: |  |
| 1. Onde participem equipas inscritas nas competições profissionais
 |  |
| 1. Que ocorram em recintos coberto com lotação igual ou superior a 5000 espectadores ou recintos ao ar livre com lotação igual ou superior a 15000 espectadores
 |  |
| 2 - Podem ser qualificados de nível 2 por despacho do presidente da APCVD, ouvida a força de segurança territorialmente competente e o/a (organizador da competição desportiva) os espetáculos desportivos não incluídos no número anterior |  |
| 3 - Compete ao/à (organizador da competição desportiva), remeter à APCVD, antes do início de cada época desportiva e durante a época desportiva quando for considerado necessário, relatório que identifique os espetáculos desportivos suscetíveis de classificação de risco elevado de Nível 1 ou Nível 2. |  |
| 4 - Consideram-se, por regra, de risco reduzido os espetáculos desportivos \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(descrição). |  |
| 5 - Consideram-se de risco normal os espetáculos desportivos \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(descrição). |  |
| 6 -Excecionalmente e num contexto especial de risco, independentemente da natureza da competição e das características do recinto desportivo, poderão ser qualificados espetáculos desportivos de risco elevado nível 1 de acordo com: | (os abaixo indicados são apenas exemplos) |
| 1. As características dos clubes participantes e dos respetivos recintos;
 |  |
| 1. A existência de registo de incidentes graves com os respetivos grupos organizados de adeptos;
 |  |
| 1. A persistência do uso de artefactos pirotécnicos, em particular em recintos cobertos;
 |  |
| 1. A ocorrência prévia de outros incidentes graves em jogos entre os mesmos clubes;
 |  |
| 1. A incapacidade demonstrada pelo promotor na assunção dos procedimentos de proteção e segurança do recinto;
 |  |
| 1. Um modelo competitivo que coloque clubes com histórico de incidentes a competir de forma consecutiva num mesmo recinto, ou recintos próximos;
 |  |
| 1. …
 | Outros que o organizador entenda desenvolver |
| **Artigo 21.º** |  |
| **Requisitos para espetáculo desportivo de Risco Elevado de Nível 1 e Nível 2** |  |
| 1 - Quando o espetáculo desportivo for qualificado de risco elevado Nível 1, o promotor deve diligenciar que o recinto onde aquele vai ser realizado garanta as seguintes condições: |  |
| 1. Regulamento de Segurança e Utilização de Espaços de Acesso Público aprovado e registado na APCVD nos termos do art.º. 7º do RJSED e cumprindo os requisitos aí definidos;
 |  |
| 1. …
 | Outros requisitos que o organizador entenda identificar de forma complementar aos já previstos pelo RJSED. |
| 2 - Quando o espetáculo desportivo for qualificado de risco elevado de Nível 2, o promotor deve diligenciar que o recinto onde aquele vai ser realizado possua um regulamento de funcionamento nos termos do art.º 7.º-A do RJSED e pareceres prévios vinculativos da força de segurança e da autoridade de proteção civil territorialmente competentes relativamente às seguintes medidas: |  |
| 1. Instalação ou montagem de anéis de segurança e a adoção obrigatória de sistemas de controlo de acesso, de modo a impedir a introdução de objetos ou substâncias proibidas ou suscetíveis de possibilitar ou gerar atos de violência, nos termos previstos no RJSED;
 |  |
| 1. Definição das condições de exercício da atividade e respetiva circulação dos meios de comunicação social no recinto desportivo;
 |  |
| 1. Plano de evacuação do recinto, prevendo e definindo, designadamente, a atuação dos assistentes de recinto desportivo, agentes de proteção civil e voluntários, se os houver, nos termos do regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, na sua redação atual;
 |  |
| 1. Controlo da venda de títulos de ingresso, bem como a sua validação, a fim de assegurar o fluxo de entrada dos espectadores, impedir a reutilização do título de ingresso e permitir a deteção de títulos de ingresso falsos e a sobrelotação
 |  |
| 1. …
 | Outros requisitos que o organizador entenda identificar de forma complementar aos já previstos pelo RJSED. |
| **SECÇÃO IV** |  |
| RECINTO DESPORTIVO |  |
| **Artigo 22.º** |  |
| **Limites etários** |  |
| 1. É condição de acesso aos espetáculos desportivos ser maior de \_\_\_\_ anos
 | (indicação da idade mínima, respeitando os termos do DL n.º 23/2014, de 14 de fevereiro, na redação conferida pelo DL n.º 90/2019, de 05/07); |
| **Artigo 23.º** |  |
| **Condições de acesso de espectadores ao recinto desportivo** |  |
| 1. - São condições de acesso dos espectadores ao recinto desportivo:
 |  |
| 1. A observância das regras de acesso e permanência estabelecidas pelos artigos 22.º e 23.º do RJSED;
 |  |
| 1. A observância das normas do regulamento de segurança e de utilização dos espaços de acesso público ou do regulamento de funcionamento, consoante aplicável;
 |  |
| 1. …
 | Outros requisitos no acesso e permanência que o Organizador entenda determinar, desde que não contrários à Lei. |
| **Artigo 24.º** |  |
| **Objetos e substâncias proibidos** |  |
| 1 - É interdito o acesso de espectadores ao recinto desportivo (ou outras zonas de acesso controlado) que transportem materiais ou substâncias suscetíveis de constituir uma ameaça à segurança, perturbar o processo do espetáculo desportivo, impedir ou dificultar a visibilidade dos outros espectadores, causar danos a pessoas ou bens e/ou gerar ou possibilitar atos de violência, nomeadamente:  | (compete ao organizador definir quais os objetos proibidos de acordo com a modalidade, os seguintes são meramente exemplificativos) |
| 1. Bolas, chapéus-de-chuva, capacetes;
 |  |
| 1. Animais, salvo cães guia ou cães-polícia quando permitido o seu acesso nos termos da lei;
 |  |
| 1. Armas de qualquer tipo, munições ou seus componentes, bem como quaisquer objetos contundentes, nomeadamente facas, dardos, ferramentas ou seringas, quando não afetos à competição;
 |  |
| 1. Projéteis de qualquer tipo tais como cavilhas, pedaços de madeira ou metal, pedras, vidro, latas, garrafas, canecas, embalagens, caixas ou quaisquer recipientes que possam ser arremessados e causar lesões;
 |  |
| 1. Objetos volumosos como escadas de mão, bancos ou cadeiras;
 |  |
| 1. Substâncias corrosivas ou inflamáveis, explosivas, pirotécnicas ou fumígenas, fogo-de-artifício, foguetes luminosos (very-lights), bombas de fumo ou outros materiais que produzam efeitos similares;
 |  |
| 1. Latas de gases aerossóis, substâncias corrosivas ou inflamáveis, tintas ou recipientes que contenham substâncias prejudiciais à saúde;
 |  |
| 1. Buzinas, rádios e outros instrumentos produtores de ruídos não autorizados por Lei ou regulamento;
 |  |
| 1. Apontadores laser ou outros dispositivos luminosos que sejam capazes de provocar danos físicos ou perturbar a concentração ou o desempenho dos atletas e demais agentes desportivo.
 |  |
| 1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (descrição).
 | O organizador pode incluir outros objetos ou substâncias desde que não contrários à Lei |
| 2 - O promotor do evento deve garantir, antes da abertura das portas do recinto ou espaço de acesso controlado, uma verificação de segurança a todo o seu interior, de forma a detetar a existência de objetos ou substâncias proibidos. |  |
| **Artigo 25.º** |  |
| **Condições especiais de acesso e permanência dos grupos organizados de adeptos** |  |
| 1 - Os promotores do espetáculo desportivo devem reservar, nos recintos desportivos que lhes estão afetos, uma ou mais áreas específicas para os filiados dos grupos organizados de adeptos, devendo ser coincidentes, nos espetáculos desportivos inseridos em competições de natureza profissional, com as zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos. | Adequar o texto à natureza da competição (profissional / não profissional) |
| 2 - Nas áreas específicas para os filiados nos grupos organizados de adeptos, os grupos que estejam registados nos termos do RJSED, podem utilizar megafones e outros instrumentos produtores de ruídos, por percussão mecânica e de sopro, desde que não amplificados com auxílio de fonte de energia externa e bandeiras, faixas, tarjas e outros acessórios, de qualquer natureza e espécie, de dimensão superior a 1 m por 1 m, desde que: |  |
| 1. Sejam obtidas as autorizações previstas no RJSED;
 |  |
| 1. Sejam utilizados em coreografias de apoio aos clubes e sociedades desportivas;
 |  |
| 1. Não excedam os limites físicos das áreas específicas.
 |  |
| 3 - Nos recintos desportivos cobertos pode haver lugar a condições impostas pelo promotor do espetáculo desportivo ao uso dos instrumentos produtores de ruídos, tendo em vista a proteção da saúde e do bem-estar dos participantes presentes no evento, nos termos da legislação do ruído. |  (consultar se necessário DL n.º 9/2007, de 17 de janeiro e https://apambiente.pt/ar-e-ruido/ruido-ambiente) |
| **Artigo 26.º** |  |
| **Critérios para entrada e utilização de materiais em coreografias de apoio** |  |
| 1 - A entrada e utilização de megafones e outros instrumentos produtores de ruídos, por percussão mecânica e de sopro, desde que não amplificados com auxílio de fonte de energia externa, bem como de bandeiras, faixas, tarjas e outros acessórios, de qualquer natureza e espécie, de dimensão superior a 1 m por 1 m, deve ser autorizada de forma equitativa aos grupos registados afetos às equipas visitadas e visitantes mediante os seguintes critérios, por cada grupo organizado de adeptos registado que se faça representar: |  |
| 1. (n.ª diferente de zero) megafones;
 |  |
| 1. (n.º diferente de zero) de outros instrumentos produtores de ruído;
 | Se necessário discriminar por tipologia  |
| 1. (n.º diferente de zero) de bandeiras, tarjas e outros acessórios, de qualquer natureza ou espécie, de dimensão superior a 1m por 1m.
 | Se necessário discriminar por tipologia |
| 2 – Não obstante a determinação dos critérios mínimos, podem as forças de segurança, de forma fundamentada, impedir a entrada de materiais específicos. |  |
| 3 – Nos recintos cobertos podem ainda os promotores, de forma equitativa e fundamentada, impor condições ao uso dos instrumentos produtores de ruídos, tendo em vista a proteção da saúde e do bem-estar dos participantes presentes no evento. |  |
| **CAPÍTULO III** |  |
| **REGIME SANCIONATÓRIO** | (Caberá ao organizador da competição desportiva elaborar/adaptar o seu regime sancionatório, em cumprimento do artigo 46.º e seguintes do RJSED) |
| **Artigo 27.º** | (As sanções aqui previstas devem estar em articulação com os regulamentos disciplinares dos organizadores das competições desportivas) |
| **Sanções disciplinares por atos de violência**  |  |
| 1 - A prática de atos, a promoção ou o incitamento à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância são punidos, conforme a respetiva gravidade, com as seguintes sanções: |  |
| 1. Interdição do recinto desportivo, e, bem assim, a perda dos efeitos desportivos dos resultados das competições desportivas, nomeadamente os títulos e os apuramentos, que estejam relacionadas com os atos que foram praticados e, ainda, a perda, total ou parcial, de pontos nas classificações desportivas;
 |  |
| 1. Realização de espetáculos desportivos à porta fechada;
 |  |
| 1. Multa;
 |  |
| 1. Interdição do exercício da atividade;
 |  |
| 1. Interdição de acesso a recinto desportivo.
 |  |
| 2 - As sanções previstas na alínea a) do número anterior são aplicáveis, consoante a gravidade dos atos e das suas consequências, aos clubes, associações e sociedades desportivas intervenientes no respetivo espetáculo desportivo cujos sócios, adeptos ou simpatizantes pratiquem uma das seguintes infrações:  |  |
| 1. Agressão aos agentes desportivos, elementos das forças de segurança em serviço, gestor de segurança, coordenador de segurança, assistentes de recinto desportivo, bem como a todas as pessoas autorizadas por lei ou por regulamento a permanecerem na área do espetáculo desportivo que leve o árbitro, juiz ou cronometrista, justificadamente, a não dar início ou reinício ao espetáculo desportivo ou mesmo a dá-lo por findo antes do tempo regulamentar;
 |  |
| 1. Invasão da área do espetáculo desportivo que, de forma justificada, impeça o início ou conclusão do espetáculo desportivo;
 |  |
| 1. Ocorrência, antes, durante ou após o espetáculo desportivo, de agressões às pessoas referidas na alínea a) que provoquem lesões de especial gravidade, quer pela sua natureza, quer pelo tempo e grau de incapacidade.
 |  |
| 1. …
 | Poderá o organizador tipificar outros comportamentos desde que não contrários à Lei |
| 3 - A sanção de realização de espetáculos desportivos à porta fechada é aplicável às entidades referidas no número anterior cujos sócios, adeptos ou simpatizantes pratiquem uma das seguintes infrações: |  |
| 1. Agressões sobre as pessoas referidas na alínea a) do número anterior;
 |  |
| 1. Ocorrência de distúrbios ou invasão da área do espetáculo desportivo que provoquem, de forma injustificada, o atraso no início ou reinício do espetáculo desportivo ou levem à sua interrupção não definitiva;
 |  |
| 1. Agressões sobre os espectadores ou sobre os elementos da comunicação social, dentro do recinto desportivo, antes, durante ou após o espetáculo desportivo, que determinem lesões de especial gravidade, quer pela sua natureza quer pelo tempo de incapacidade;
 |  |
| 1. A prática de atos, a promoção ou o incitamento ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos.
 |  |
| 1. …
 | Poderá o organizador tipificar outros comportamentos desde que não contrários à Lei |
| 4 - Sem prejuízo das sanções previstas nos números anteriores, a sanção de multa é aplicada nos termos previstos nos regulamentos dos organizadores da competição desportiva ou dos promotores do espetáculo desportivo, quando se verificar a prática das seguintes infrações:  |  |
| 1. Agressões previstas na alínea c) do número anterior que não revistam especial gravidade;
 |  |
| 1. A prática de ameaças e ou coação contra as pessoas ou entidades referidas na alínea a) do número anterior;
 |  |
| 1. Ocorrência de distúrbios que provoquem, de forma injustificada, o atraso no início ou reinício do espetáculo desportivo ou levem à sua interrupção não definitiva.
 |  |
| 1. …
 | Poderá o organizador tipificar outros comportamentos desde que não contrários à Lei |
| 5 - Se das situações previstas no número anterior resultarem danos para as infraestruturas desportivas que ponham em causa as condições de segurança, o recinto desportivo permanece interdito pelo período necessário à reposição das mesmas. |  |
| 6 - A sanção de interdição de exercício da atividade e de interdição de acesso a recinto desportivo é aplicada, por um período não inferior a 60 dias, a dirigentes ou representantes das sociedades desportivas ou clubes que pratiquem ou incitem à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos. |  |
| 7 - A reincidência na mesma época desportiva das infrações previstas nos n.ºs 2 a 4 é obrigatoriamente punida com as sanções previstas nas alíneas a) ou b) do n.º 1.  |  |
| 8 - Outras:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(descrição) | Poderá o organizador introduzir outros requisitos desde que não contrários à Lei |
| **Artigo 28.º** |  |
| **Sanções disciplinares por incumprimento de deveres** |  |
| 1 - O incumprimento dos deveres previstos no número seguinte é punido, conforme a respetiva gravidade, com as seguintes sanções: |  |
|  a) Interdição do recinto desportivo e perda, total ou parcial, de pontos nas classificações desportivas; |  |
|  b) Realização de espetáculos desportivos à porta fechada; |  |
|  c) Multa. |  |
| 2 – São deveres dos clubes, associações e sociedades desportivas para os efeitos do presente artigo: |  |
| 1. Assumir a responsabilidade pela segurança do recinto desportivo e anéis de segurança, sem prejuízo do disposto no artigo 13.º do RJSED, assegurando, quando aplicável, a presença de assistentes de recinto desportivo e do coordenador de segurança, nos termos previstos no regime jurídico da segurança privada;
 |  |
| 1. Incentivar o espírito ético e desportivo dos seus adeptos, especialmente junto dos grupos organizados, desenvolvendo as ações previstas no artigo 9.º da Lei em vigor;
 |  |
| 1. Proteger os indivíduos que sejam alvo de ameaças e os bens e pertences destes, designadamente facilitando a respetiva saída de forma segura do complexo desportivo, ou a sua transferência para setor seguro, em coordenação com os elementos da força de segurança;
 |  |
| 1. Designar, quando aplicável, o gestor de segurança e o OLA e, nos espetáculos desportivos integrados em competições desportivas profissionais, nos de risco elevado e naqueles integrados em competições em que o organizador assim o defina em regulamento, assegurar a sua presença;
 |  |
| 1. Garantir que são cumpridas todas as regras e condições de acesso e de permanência de espectadores no recinto desportivo;
 |  |
| 1. Relativamente a quaisquer indivíduos aos quais tenha sido aplicada pena acessória, medida de coação, injunção ou regra de conduta que impeça o acesso a recintos desportivos, ou sujeitos a sanção ou medida cautelar de interdição de acesso a recintos desportivos aplicada pela APCVD, pelo organizador ou pelo promotor, nos termos do artigo 46.º:
 |  |
| i) Impedir o acesso ao recinto desportivo; |  |
| ii) Impedir a obtenção de quaisquer benefícios concedidos pelo clube, associação ou sociedade desportiva, no âmbito das previsões destinadas aos grupos organizados de adeptos ou a título individual; |  |
| 1. Usar de correção, moderação e respeito relativamente a outros promotores dos espetáculos desportivos e organizadores de competições desportivas, associações, clubes, sociedades desportivas, agentes desportivos, adeptos, autoridades públicas, elementos da comunicação social e outros intervenientes no espetáculo desportivo;
 |  |
| 1. Não proferir nem veicular declarações públicas que sejam suscetíveis de promover, incitar ou defender a violência, o racismo, a xenofobia, a intolerância ou o ódio, nem tão-pouco adotar comportamentos desta natureza;
 |  |
| 1. Zelar por que praticantes, treinadores, técnicos, pessoal de apoio, dirigentes, membros da direção, gestores de segurança, coordenadores de segurança ou qualquer outro elemento que desempenhe funções durante um espetáculo desportivo ou atos relacionados em favor de um clube, associação ou sociedade desportiva, nomeadamente o pessoal de segurança privada, ajam de acordo com os preceitos das alíneas g) e h);
 |  |
| 1. Não apoiar, sob qualquer forma, grupos organizados de adeptos, em violação dos princípios e regras definidos na secção III do capítulo II, do RJSED
 |  |
| 1. Manter uma lista atualizada dos adeptos de todos os grupos organizados apoiados pelo clube, associação ou sociedade desportiva, nos termos do disposto na secção III do capítulo II, fornecendo-a às autoridades judiciárias, administrativas e policiais competentes para a fiscalização do disposto na presente lei;
 |  |
| 1. Criar zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos nos recintos onde se realizem espetáculos desportivos integrados nas competições desportivas de natureza profissional e impedir o acesso às mesmas a espectadores que não cumpram os requisitos previstos no artigo 16.º-A da Lei em vigor;
 |  |
| 3 - A reincidência, na mesma época desportiva, é obrigatoriamente punida com as sanções previstas nas alíneas a) ou b) do número anterior, nos termos previstos no artigo 48.º do RJSED. |  |
| **Artigo 29.º** |  |
| **Outras sanções** |  |
| 1 - O incorreto dimensionamento e atribuição dos parques de estacionamento dos recintos desportivos nos quais se realizem competições desportivas de natureza profissional ou espetáculos desportivos integrados em competições não profissionais considerados de risco elevado de nível 1, nos termos previstos pelo artigo 19.º do RJSED, assim como a não adoção de medidas de beneficiação determinadas pela APCVD, nos termos do artigo 21.º do regime e ainda a emissão de títulos de ingresso sem as menções obrigatórias ou que ultrapassem a lotação do recinto são sancionáveis disciplinar e pecuniariamente. | O organizador deve desenvolver quais as sanções aplicáveis ou indicar onde a disposição é desenvolvida pelo regulamento disciplinar. O texto pode ser adequado à natureza das competições |
| 2… | O organizador pode identificar outros comportamentos sancionáveis desde que não contrários à Lei, nomeadamente o incumprimento de requisitos determinados pelo próprio RPV (por exemplo incumprimento das medidas mínimas de serviço mínimo ou das disposições de entrada de material coreográfico) |
| **Artigo 30.º** |  |
| **Procedimento disciplinar** |  |
| (Outras sanções aplicáveis pelo organizador da competição desportiva) |  |
| 1 - As sanções previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 46.º e nas alíneas a) e b) do n.º1 do artigo 46.º-A do RJSED só podem ser aplicadas mediante cumprimento do procedimento disciplinar previsto no Regulamento Disciplinar da/o (organizador da competição desportiva), sem prejuízo do disposto no artigo seguinte. | O organizador pode alargar o requisito de cumprimento do procedimento disciplinar às sanções que entender adequado, não podendo deixar de integrar no requisito as já identificadas |
| 2 - O procedimento disciplinar referido no número anterior inicia-se com relatório do árbitro, das forças de segurança, do gestor de segurança, do coordenador de segurança e do delegado do organizador da competição desportiva. |  |
| 3 - A entidade competente, nos termos do Regulamento Disciplinar, para aplicar as sanções de interdição ou de espetáculos desportivos à porta fechada gradua a sanção a aplicar por um período de um a cinco espetáculos desportivos, implicando a reincidência na mesma época desportiva o agravamento da sanção para, pelo menos, o dobro da sanção anterior. |  |
| **Artigo 31.º**  |  |
| **Realização de competições em caso de recinto interdito** |  |
| No caso de interdição dos recintos desportivos, as competições desportivas que ao promotor do espetáculo desportivo interditado caberia realizar como visitado efetuam-se em recinto a indicar pela federação ou pela liga profissional, consoante se trate, respetivamente, de competição desportiva não profissional ou profissional, e nos termos dos regulamentos adotados. |  |
| **Artigo 32.º** |  |
| **Sancionamento de sócios, adeptos ou simpatizantes pelos clubes, associações e sociedades desportivas** |  |
| 1 – É dever de clubes, associações e sociedades desportivas a aplicação de medidas sancionatórias aos seus adeptos envolvidos em perturbações da ordem pública, manifestações de violência, racismo, xenofobia e qualquer outro ato de intolerância, impedindo o acesso ou promovendo a sua expulsão dos recintos desportivos. |  |
| 2 – Para os efeitos previstos no número anterior devem os clubes, associações e sociedades desportivas desenvolver instrumentos disciplinares que identifiquem as medidas sancionatórias aplicáveis e seus limites máximos e mínimos, na forma de regulamentos internos e disposições estatutárias, bem como órgãos com competência disciplinar. |  |
| 3 - O procedimento disciplinar deverá assumir a forma escrita, determinar os prazos relevantes (prescrição e caducidade) e garantir a observância de quatro fases processuais (nota de culpa, resposta, instrução, decisão). |  |
| **Artigo 33.º** |  |
| **Sancionamento de agentes desportivos pelos clubes, associações e sociedades desportivas.** |  |
| A violação dos deveres previstos nas alíneas i) e j) do n.º1 do artigo 8.º do RJSED por praticantes, treinadores, técnicos, pessoal de apoio, dirigentes, membros da direção, gestores de segurança, ou qualquer outro elemento que desempenhe funções durante um espetáculo desportivo ou atos relacionados em favor de um clube, associação ou sociedade desportiva determina a abertura de procedimentos de natureza disciplinar por parte de clubes, associações e sociedades desportivas, em respeito pela legislação aplicável.  |  |
| **Artigo 34.º** |  |
| **Casos Omissos** |  |
| Os casos omissos são decididos pela Direção (ou órgão com outra designação) da/o (organizador da competição desportiva), exceto quanto a matéria disciplinar em que a competência é das entidades previstas, conforme o caso, no Regulamento Disciplinar. |  |
| **Artigo 35.º** |  |
| **Infrações** |  |
| Todas as infrações ao presente regulamento que sejam suscetíveis de constituir crime, contraordenação ou ilícito disciplinar são comunicadas e participadas às entidades competentes para a instrução dos processos e aplicação das respetivas sanções, nos termos da legislação que ao caso for aplicável. |  |
|  |  |
| **CAPÍTULO IV** |  |
| **Disposições finais** |  |
| **Artigo 36.º** |  |
| **Entrada em vigor** |  |
| O presente regulamento entra em vigor no primeiro dia útil imediatamente seguinte à data do seu registo pela Autoridade para a Prevenção e o Combate à Violência no Desporto (APCVD). |  |

*Data*\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ - O \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*Requerente\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.*

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**(Assinatura dos Responsáveis)**

**NOTA: Deverá ser apresentado conjuntamente ao presente regulamento o *Regulamento Disciplinar* do organizador da competição desportiva.**